


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0013250-03.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Veronilde Santos Pereira**
 Requerido: **Estado de São Paulo e outro**

CONCLUSÃO

Em 26 de novembro de 2013, faço conclusos estes autos a MM.
 Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIوبا ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por **VERONILDE SANTOS PEREIRA**, contra o **ESTADO DE SÃO PAULO** e o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, sustentando ser portadora de *Diabetes tipo II*, com falência secundária, e que apresenta insuficiência renal crônica, razão pela qual lhe foi receitada, por médica endocrinologista da rede pública de saúde, a utilização contínua do medicamento Vildagliptina 50mg (Galvus), duas vezes ao dia, sendo que, mesmo após ter diligenciado diversas vezes com a intenção de obter o referido medicamento através da rede pública, teve seu pedido indeferido, sob a justificativa de que o SUS disponibiliza tratamento alternativo.

O Ministério Público apresentou parecer favorável à antecipação da tutela a fls.16-vº.

Às fls. 17/17vº foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação a fls. 30/38. Alega, preliminarmente, que o pedido da exordial é genérico e incerto. No mérito aduz que a autora já possui a garantia de receber os medicamentos para o tratamento do diabetes na quantidade necessária; que o SUS oferece tratamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

alternativo com a mesma eficácia terapêutica e segurança, fornecendo boa parte dos insumos através das UBS municipais; que, para a obtenção do tratamento, o paciente deve estar inscrito no Programa Nacional; que a dispensação deve obedecer a protocolos técnicos, definidos e padronizados pelo Ministério da Saúde e que a rede pública de saúde disponibiliza todos os meios adequados ao tratamento da autora, sendo que o medicamento pleiteado não seria indispensável para assegurar a sua saúde ou a sua vida, mas sim mera comodidade. Requereu a improcedência do pedido.

Contestação do Município de São Carlos a fls.40/47. Alega que o SUS disponibiliza aos portadores de diabetes, por meio do Programa Hiperdia, acompanhamento e controle da doença, disponibilizando os medicamentos e equipamentos para glicosimetria, tiras e lancetas e que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, mas sim um direito social, de efetivação programática. Requereu a improcedência do pedido.

Réplica a fls. 54/57.

O Ministério Público apresentou parecer favorável à procedência do pedido. (fls. 59/60).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Afasto, inicialmente, a preliminar arguida na contestação pelo Estado de São Paulo.

O pedido diz respeito ao direito à saúde, que irá se materializar com o fornecimento do medicamento Vildagliptina 50mg (Galvus), duas vezes ao dia.

No mérito, o pedido comporta acolhimento.

Cabe aos Estados terem em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa da declaração de necessidade de fls. 11.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 11), tanto que é assistida por Defensor Público. Por outro lado, não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento apropriado para tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha a paciente e conhece as suas peculiaridades.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, ficando mantida a tutela antecipada.

Diante da sucumbência, condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais, na forma da lei.

Condeno o Município de São Carlos ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, por equidade, em vista da repetitividade da matéria e pouca complexidade, em R\$ 100,00 (cem reais), pelo fato de que a ação inicialmente foi necessária, já que houve resistência em se fornecer o medicamento pretendido. Além disso, não há como falar em confusão entre entes estatais diversos.

Neste sentido: “O Município deve fornecer medicamento, ainda que não padronizado, necessário ao tratamento de munícipe carente. Devida a condenação em honorários advocatícios mesmo que representada a apelante por doutor Defensor Público” (Apelação Cível nº 784.763-5/8-00, relator Desembargador Barreto Fonseca – in APELAÇÃO Nº 0010528-69.2008.8.26.0566 – Desembargador Relator FERMINO MAGNANI FILHO).

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de a autora ser assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C.

São Carlos, 26 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA